

Direito Administrativo II – Turma A

Exame escrito – Recurso

16 de julho de 2025

I

A empresa “Sumex, SA” pretende construir um novo estabelecimento industrial no Município de Moura, com maior capacidade de produção e maquinaria industrial mais moderna e ambientalmente menos poluente do que as suas restantes fábricas.

Para o fazer, submeteu um pedido de avaliação de impacte ambiental, enviando um projeto à *Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA)*. 230 dias depois de submetido e sem que a empresa tivesse recebido qualquer notificação durante esse período, a empresa foi agora notificada da seguinte resposta:

“Por deliberação do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, IP, onde esteve presente o Presidente, tendo estado ausentes o Vice-Presidente e os restantes dois vogais, foi aprovada uma Declaração de Impacte Ambiental positiva relativamente ao pedido da “Sumex, SA”, devendo a empresa satisfazer as seguintes condições: i) devem ser instalados filtros coletores de CO2 com o dobro da capacidade face ao previsto no projeto e ii) a empresa deverá apoiar as festas da Nossa Senhora do Carmo com, pelo menos, 5 000 €/ano.”.

Face à situação acima descrita, responda às seguintes questões, tendo em atenção que a lei estabelece, para os procedimentos de avaliação de impacte ambiental, um regime de deferimento tácito:

- a) A “Sumex, SA” não gostaria de fazer o investimento nos filtros com maior capacidade e de apoiar as festividades locais. Como advogado da empresa, acha que existem razões para não o vir a fazer? (7 valores)
- b) O Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), IP, entende que é esta a entidade competente para apreciar e decidir procedimentos de avaliação de impacte ambiental nestes casos. Além disso, considera que as condições adotadas pela APA na Declaração de Impacte Ambiental são desadequadas. Enquanto conselheiro jurídico da CCDRA, o que sugere? (4 valores)
- c) A Sumex, SA submeteu um pedido de licença de construção para o estabelecimento industrial à Câmara Municipal de Moura, mas não cumprindo a exigência dos filtros de capacidade reforçada. A lei estabelece que a licença de construção só pode ser emitida caso tenha sido emitida declaração de impacte ambiental positiva, tendo o projeto de construção de satisfazer as condições eventualmente existentes. Como conselheiro jurídico da Câmara Municipal, como aconselha o Presidente e os vereadores? (4 valores)

II

Comente a seguinte afirmação: *“O regime das invalidades no Direito Administrativo encontra-se especialmente desenhado para equilibrar os valores da legalidade, do interesse público e os interesses privados”* (5 valores)

Duração: 90 minutos

Modelo de Resolução

I

Questão a)

Na resposta a esta questão deveriam ser designadamente abordados os seguintes problemas:

- Possibilidade de inclusão de condições no ato administrativo em causa;
- Existência de deferimento tácito e natureza do ato expresso (anulação ou revogação?);
- Eventual invalidade do ato expresso, por constituir uma revogação inválida do deferimento tácito;
- Eventual invalidade da imposição de financiamento das festividades por desvio de poder; invalidade e consequências;
- Ausência de audiência dos interessados: invalidade e consequências;
- Falta de fundamentação: invalidade e consequências;
- Falta de quórum: invalidade e consequências;
- Emissão de opinião quanto à possibilidade de a empresa não cumprir as condições, face às invalidades detetadas.

Questão b)

Na resposta a esta questão deveriam ser designadamente abordados os seguintes problemas:

- Eventuais invalidades do ato praticado pela APA, tendo em conta a resposta à questão a);
- Possibilidade de reforma ou conversão do ato da APA pela CCDRA ou emissão de novo ato na matéria, desconsiderando o ato da APA?
- Competência da CCDRA para a reforma/conversão.

Questão c)

Na resposta a esta questão deveriam ser designadamente abordados as seguintes questões:

- Eventuais invalidades do ato praticado pela APA, tendo em conta a resposta à questão a);
- A Câmara Municipal deverá aprovar a licença de construção, tendo em conta o deferimento tácito e as eventuais invalidades do ato expresso?
- Um ato de indeferimento do pedido de licença de construção com fundamento no incumprimento das condições constantes da declaração de impacte ambiental eventualmente inválida também será inválido?

II

No comentário ao texto apresentado deveriam ser designadamente abordados os seguintes assuntos:

- Legalidade, interesse público e interesses privados: caracterização geral da eventual necessidade de compatibilização;
- Regime das invalidades no Direito Administrativo: inexistência, nulidade, anulabilidade e irregularidade;
- A anulabilidade como regra geral enquanto forma de compatibilizar a legalidade com o interesse público e interesses privados;
- A irregularidade enquanto forma de compatibilizar a legalidade com o interesse público e interesses privados;
- O mecanismo do artigo 162.º, n.º 3 do CPA enquanto forma de compatibilizar a legalidade com o interesse público e interesses privados;
- O mecanismo do artigo 163.º, n.º 5 do CPA enquanto forma de compatibilizar a legalidade com o interesse público e interesses privados;
- Outros mecanismos de Direito Administrativo enquanto formas de compatibilizar a legalidade com o interesse público e interesses privados.